Ofício 58/2025

Brasília-DF, 03 de setembro de 2025

Ao Senhor
Gilberto Waller Junior
Presidente do INSS
Brasília-DF

Assunto: PORTARIA CONJUNTA DGP/PRES/INSS N° 62, DE 29 DE AGOSTO DE 2025

Sr. Presidente,

A Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) - entidade nacional representativa dos servidores públicos federais das áreas de saúde, trabalho, emprego, previdência, assistência social e ANVISA, entidade com sede e foro, edifício Venâncio V, loja 28, Brasília-DF, dirige-se a Vossa Excelência, para expor fatos e ao final requerer o que segue:

Senhor Presidente,

Em reunião realizada com V.Sa. no dia 30/07/2025, os representantes da Fenasps destacaram os problemas relativos à compensação das greves de 2022 e 2024, especialmente em relação ao prazo para compensação da greve de 2024, cujos critérios, metodologia de cálculo do período devido e abatimentos que até o momento não foram apresentados de forma transparente pela gestão do INSS. Foi discutido, inclusive o fato de que a greve de 2022 já possui pontuação sobressalente de mais de 3,5 milhões de pontos, conforme Ofício 57/2025 enviado pela Federação em 25/08/2025. Em relação à greve de 2024, houve uma série de falhas sistêmicas que estavam impedindo o início da compensação, bem como, que os termos da compensação da mesma não foram discutidos na mesa de negociação da greve, cabendo, portanto, prorrogação do prazo de compensação da mesma.

Porém, a despeito do processo de negociação em curso, com audiências realizadas com V.Sa. e reuniões da Mesa Setorial, fomos surpreendidos com a publicação da **PORTARIA CONJUNTA DGP/PRES/INSS N° 62, DE 29 DE AGOSTO DE 2025**, implicando em alterações na Portaria Conjunta DGP/PRES/INSS n° 52, de 9 de setembro de 2024 referente à compensação da greve. Cumpre destacar que a Portaria 62 não foi objeto de discussão ou negociação com a Federação, sendo uma decisão unilateral do INSS. Na nossa avaliação, houve uma piora significativa do processo de compensação da greve, mesmo que tenha havido dilação do prazo de compensação da mesma para 31/10/2026.

É incabível a gestão impor metas para compensação da greve, como se a mesma fosse um novo programa de gestão. No momento que a gestão impõe tal regra, age no sentido de criar empecilhos e inviabiliza a compensação pela categoria, se utilizando de subterfúgio para artificialmente criar mais um indicador de produtividade atacando frontalmente o direito de greve dos trabalhadores e impossibilitando a compensação posterior no caso do não atingimento da meta. Tal cobrança, na prática serve única e exclusivamente para o INSS se utilizar, através de ardis, do cumprimento do acordo de greve para pressionar ainda mais seus servidores por produtividade, já submetidos às metas escorchantes do novo PGD, imposto pela Portaria 1800/2024, sem levar em consideração as já reconhecidas precárias condições de trabalho e sistemas instáveis. Desta forma, além do PGD compulsório a Portaria 62/2025 criou a compensação compulsória com metas compulsórias para compensação da greve, algo inédito nos 40 anos de atividade da Federação, que já passou por diversos governos e realizou greves em várias ocasiões, inclusive durante o período da ditadura militar.

Ressaltamos que os trabalhadores sequer tiveram acesso aos cálculos dos abatimentos referentes aos dias de greve de forma detalhada e além disso, os trabalhadores dos serviços previdenciários aguardavam ato específico de regulamentação da forma de pagamento da greve, prejudicando o desempenho dos serviços/produtos entregues para a compensação até o presente momento, e terão que cumprir 30% do período devido até dezembro para conseguir compensar o restante. O INSS, desta forma, além de atacar o direito de greve fere frontalmente cláusula do próprio acordo relacionada a não punição dos trabalhadores, quando impede a compensação total da greve, vinculando a mesma à prazos e percentuais pré-estabelecidos sem nenhum processo de negociação.

Outro ponto é que com as novas regras, quando é delegado a chefia imediata o poder para decidir se o servidor atende ou não atende os requisitos impostos, incentivando e contribuindo para o aprofundamento da lógica do assédio moral nos locais de trabalho.

Ao longo dos 40 anos de ações em defesa do seguro social, da classe trabalhadora e da categoria da seguridade social, os servidores da base da Federação sempre compensaram todas as greves, porém com regras claras e com um processo de negociação e não com imposição de regras e parâmetros unilaterais que, além de punitivos, não levam em consideração a realidade concreta da categoria.

Desta forma, solicitamos que V.Sa. revogue a Portaria 62/2025, prorrogue o prazo de compensação da greve e solicitamos a realização de uma audiência em caráter de urgência para tratar especificamente do ponto relativo à compensação da greve.

Atenciosamente

DIRETORIA DA FENASPS

PLANTÃO